

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE JORNALISMO

JULIANA FERREIRA DE CARVALHO

**Os ecos de 1948**

Produto Jornalístico

Mariana

2019

JULIANA FERREIRA DE CARVALHO

**Os ecos de 1948**

Memorial descritivo de produto jornalístico apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Hila Rodrigues

Mariana

2019

C331e

Carvalho, Juliana Ferreira.

Os ecos de 1948 [manuscrito] / Juliana Ferreira Carvalho. - 2019.

42f.: il.: color.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Hila Bernardes Rodrigues.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Palestinos - Memória histórica - Teses. 2. Identidade (Conceito filosófico) - Teses. 3. Divisões territoriais e administrativas - Teses. 4. Guerra Árabe-israelense, 1948-1949 - Teses. I. Rodrigues, Hila Bernardes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 070.4

Catálogo: [ficha.sisbin@ufop.edu.br](mailto:ficha.sisbin@ufop.edu.br)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

**FOLHA DE APROVAÇÃO****Juliana Ferreira de Carvalho****Os ecos de 1948**

Membros da banca

Hila Bernardete Silva Rodrigues - Profª Doutora - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Cláudio Rodrigues Coração - Prof. Doutor - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Lara Linhalis Guimarães - Profª Doutora - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Versão final

Aprovado em 11 de dezembro de 2019

De acordo

Professor (a) Orientador (a) Hila Bernardete Silva Rodrigues



Documento assinado eletronicamente por **Hila Bernardete Silva Rodrigues, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/02/2020, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0040091** e o código CRC **954F5CDA**.

**Referência:** Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.001829/2020-79

SEI nº 0040091

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000  
Telefone: - www.ufop.br

Aos palestinos e palestinianas que lutam diariamente pelo retorno às suas terras.

## AGRADECIMENTOS

Muitas coisas em minha vida não seriam possíveis sem a minha mãe, Leila. A ela dedico tudo, das coisas grandes às pequeninas, que consegui alcançar. Uma mulher inteligente, forte e pés no chão que me fez conhecer o mundo da literatura e do jornalismo desde nova, mesmo não possuindo, à época, sequer o ensino médio completo. Eu agradeço a ela por me incentivar à estudar durante toda a minha vida e por ser exemplo de que não é necessário títulos e dinheiro para ser uma mulher culta e independente.

Ao presidente Lula, pelo programa Bolsa Família e por possibilitar que alguém como eu, filha de ex-diarista, entrasse em uma universidade pública a 700 quilômetros da periferia de São Paulo. Não tenho medo de dizer que em 2019 o dia da soltura de Lula foi um dos mais felizes do meu ano. Viva o Lula livre!

Aos meus amigos e amigas de Mariana, que foram tão importantes para que eu sobrevivesse a esses quatro anos de graduação. Em especial, ao VH, Júlia, Carlos, Brener e Tuila, por me proporcionarem momentos fantásticos de escuta, aconchego, viagens e muita cerveja. Um agradecimento mais que especial para a Júlia, que diagramou este produto e me apoiou em momentos de desespero. À Vanessa, Stephanie e Aninha pelos dois anos muito felizes dividindo uma casa repleta da inteligência e amor de vocês três. Mais do que isso, agradeço por essa amizade que se firmou e por tudo que vocês representam para mim. Ao Lu, por não medir esforços para me ajudar nos momentos mais difíceis que eu tive que enfrentar no último ano e pelo amor e cuidado de cada dia. Às minhas amigas e amigos de São Paulo, Carol, Lais, Pamella, Julianne, Julia, Bia e Marberth por todos os encontros, desabafos e por comemorarem comigo cada passo dado em direção à conquista do título de bacharel em Jornalismo.

Agradeço à Soraya Misleh pelos encontros em São Paulo e pela ajuda para chegar até Alaa, Isam e Rawa. Aos três, meu mais sincero obrigada pela paciência e disponibilidade para contar de suas vidas para que esse produto fosse possível. Palestina livre!

À Hila por aceitar me orientar neste trabalho, pela compreensão, acolhimento e pela infinita inteligência, bondade e leveza. Ao Cláudio, pelas contribuições intelectuais e pela sensibilidade em meio ao caos político que atravessamos desde 2016. À Lara, por aceitar o convite para compor a banca e pela pessoa incrível que foi e tem sido para mim nos últimos meses deste ano. À Universidade Federal de Ouro Preto, ao Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas e à cidade de Mariana, meu profundo respeito e gratidão pelo acolhimento e por possibilitar financeiramente a minha estadia nesses quatro anos.

## RESUMO

Este produto teve por finalidade apresentar a trajetória de três imigrantes e refugiados palestinos que vivem na cidade de São Paulo para compreender como a resistência palestina atravessa o cotidiano dessas pessoas. Através de entrevistas realizadas no período de um ano, percebeu-se que existe uma identidade palestina capaz de resistir ao tempo e ao espaço. Não é necessário ter nascido em território palestino para que essa pátria seja considerada primordial pelos três. O fato de que o povo palestino tenha sido expulso de sua própria terra, através de uma invasão violenta orquestrada pelo exército judaico, em 1948, é a base para todos os relatos coletados. Dessa forma, todos se enxergam enquanto palestinos porque são descendentes de palestinos expulsos de suas casas em 1948. Concomitantemente, a memória e a identidade palestina são construídas através da história da *Nakba* e do direito de retorno.

**Palavras-chave:** Palestina; Identidade; Memória; Território; Nakba

## **ABSTRACT**

This product aimed to present the trajectory of three palestinian immigrants and refugees living in the city of São Paulo to understand how the palestinian resistance crosses the daily lives of these people. Through interviews conducted over a year, it was realized that there is a palestinian identity capable of resisting time and space. It is not necessary to have been born in palestinian territory for this homeland to be considered primordial by the three. The fact that the palestinian people were expelled from their own land through a violent invasion orchestrated by the jewish army in 1948 is the basis for all the reports collected. In this way, everyone sees themselves as palestinians because they are descendants of palestinians expelled from their homes in 1948. At the same time, palestinian memory and identity are built through the history of Nakba and the right of return.

**Keywords:** Palestine; Identity; Memory; Territory; Nakba



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 DA CRIAÇÃO DO SIONISMO AOS DIAS DE HOJE.....	9
2.1 Grã-Bretanha, holocausto e o <i>lobby</i> sionista .....	10
2.2 <i>Al-Nakba</i> e o Plano D .....	14
2.3 A Organização pela Libertação da Palestina .....	16
2.4 Primeira e Segunda Intifada .....	18
2.5 A posição do Brasil.....	24
3 PAUTA ESTENDIDA: Encontrando e entrevistando personagens .....	26
4 DESLOCAMENTOS: Refúgio, imigração e exílio .....	29
5 IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE: Ser e pertencer à Palestina .....	33
6 A POTENCIALIDADE DA HISTÓRIA ORAL E DA MEMÓRIA NA LUTA PALESTINA.....	35
7 PROJETO GRÁFICO.....	39
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	40
9 REFERÊNCIAS .....	41

## 1 INTRODUÇÃO

Em 1948, forças israelenses desabrigaram cerca de 700 mil palestinos que se espalharam em países vizinhos e, atualmente, seus descendentes têm se espalhado pelo mundo. Mesmo nascidos em outros países como Líbano, Iraque ou Síria, esses descendentes são considerados palestinos e ainda lutam pela possibilidade de retorno às terras que foram tomadas de suas famílias em uma invasão violenta e cruel.

Diante da tentativa de apagamento de um povo, a luta perdura por reconhecimento da identidade palestina e a preservação de sua memória. É uma luta pelo passado, enquanto negação à memória “oficial”, e também pelo presente, enquanto reivindicação pelo retorno às terras ocupadas por Israel.

A frequente migração de árabes das áreas de conflito no Oriente tem trazido um número considerável de refugiados e imigrantes para o Brasil, incluindo os palestinos. Segundo dados do Comitê Nacional para Refugiados (Conare), o Brasil possuía, até o final de 2018, 11.231 refugiados de diversas nacionalidades. Os estados de Roraima, Amazonas e São Paulo representam, respectivamente, os locais com mais pedidos de refúgios.

Após uma contextualização histórica detalhada, a trajetória de quatro palestinos será retratada no livro-reportagem. Imigrantes ou refugiados, eles viveram situações diversas no Oriente Médio no meio de conflitos armados. Nenhum deles nasceu na Palestina, mas carregam em si a história de seu povo que lhes foi transmitida através de pais e avôs.

O livro pretende esclarecer as razões e o desenrolar do conflito para compreender o refúgio e a imigração e seus impactos, bem como dar luz aos relatos de palestinos que vivem no Brasil, conhecer suas vivências e a forma como a memória é acessada num novo espaço geográfico e cultural. Entende-se que essa é uma forma de valorizar as histórias de vida desses personagens e humanizá-los no contexto das multidões da metrópole onde vivem, São Paulo.

A memória e identidade que preservam não vêm de livros ou publicações, mas do seio de suas famílias. O avô transmite a história para o pai, que transmite para o filho, que transmitirá para os futuros filhos a fim de garantir que suas vozes nunca se calem.

## 2 DA CRIAÇÃO DO SIONISMO AOS DIAS DE HOJE

A Palestina fazia parte do antigo Império Otomano, abrangendo os atuais Estados de Israel, Jordânia e os territórios ocupados. Os palestinos e palestinianas têm reivindicado, há mais de 70 anos, o estabelecimento e a independência do Estado da Palestina e essa reivindicação resiste até hoje, mesmo diante da tentativa de apagamento de seu povo através da ocupação deliberada de Israel.

Atualmente, são mais de cinco milhões<sup>1</sup> de refugiados palestinos espalhados pelo globo. É importante compreender que, apesar da região da Palestina ser considerada um lugar sagrado tanto pelos muçulmanos, quanto pelos judeus, essa guerra – ou genocídio – não é religiosa, e sim, territorial e política.

O papel do sionismo<sup>2</sup> foi fundamental nessa história. Originado na Europa, no final século XIX, ele foi influenciado pelo nacionalismo que crescia cada vez mais no continente europeu. A principal missão era estabelecer um Estado judaico, sobretudo pelas ligações religiosas e, segundo os sionistas, raciais entre os judeus. Até então, a ideia não havia nenhum desenvolvimento na prática, nem mesmo teorias articuladas. Porém em 1896, Theodor Herzl<sup>3</sup> publicou o livro *Der Judenstaat*, que significa O Estado Judeu. O documento dizia que os judeus deveriam estabelecer seu próprio Estado, sobretudo para fugir das perseguições que sofriam na Europa. Apesar da clássica justificativa religiosa na escolha da Palestina como local ideal para o estabelecimento de um Estado judeu, outros países, como Uganda e Chipre, também foram considerados. Pode-se entender a escolha da Palestina como uma estratégia em relação a sua localização, sendo mais fácil convencer os judeus espalhados pelo mundo, sobretudo na Europa, a migrarem para a Palestina do que para a Uganda, por exemplo.

Em 1897, o projeto sionista foi oficializado no primeiro Congresso Sionista, em Basileia, Suíça. Com a presença de 197 pessoas, o plano possuía três etapas principais: organização, negociação e colonização. Mesmo com a rejeição de alguns, inclusive judeus, o projeto ganhou forma ao longo dos anos e de fato conseguiu ser realizado quase integralmente.

No final do século XIX, já havia alguns conflitos entre os árabes palestinos e os judeus que chegavam ao território. Entre 1905 e 1914, houve um segundo fluxo migratório, no qual mais de 30 mil judeus imigraram para a Palestina. “[...] os sionistas começaram a

---

<sup>1</sup> Segundo o relatório *Global Trends – Forced Displacement in 2018*, são 5,5 milhões de refugiados palestinos que estão sob os cuidados da Agência da ONU para refugiados (UNHCR). Além disso, no Líbano há cerca de 475.100 refugiados palestinos, e na Jordânia são 2.242.600, em ambos os países, sob os cuidados da Agência da ONU de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA).

<sup>2</sup> Movimento político internacional judeu.

<sup>3</sup> Theodor Herzl, filho de um rico comerciante, cursou direito e foi jornalista.

estabelecer seus próprios bancos, escolas e negócios, tornando-se cada vez mais frequente a aparição da bandeira com a estrela de Davi nos estabelecimentos que começavam a formar um Estado judaico dentro do Império Otomano” (GATTAZ, 2002, p.60). Em 1914, já havia 14 comunidades e uma cidade judaica, Tel-Aviv; 85 mil judeus e 580 mil árabes viviam na Palestina neste momento.

Durante os anos de 1918 a 1920, a maior preocupação dos árabes palestinos era combater o avanço sionista na região. Com a Primeira Guerra já encerrada e a total decadência do Império Otomano, em 1919, a Liga das Nações assinou o documento que determinou o acordo entre os países que venceram a guerra, decidindo assim que os territórios asiáticos e africanos deveriam ficar, provisoriamente, aos cuidados das chamadas “nações avançadas”. André Gattaz (2002) observa que, na referida carta, é visível

[...] a manutenção do conceito de *branco civilizador* e mesmo o caráter divino desta *missão civilizadora* - conceitos que no século XVI embasaram o genocídio dos índios da América Central, nos séculos XVII e XVIII justificaram o tráfico de escravos e a escravidão, e nos séculos XIX e XX legitimaram o domínio neocolonial das nações da África e Ásia por parte dos países europeus. (GATTAZ, 2002, p.50)

## 2.1 Grã-Bretanha, holocausto e o *lobby* sionista

O *Tratado de Sèvres* determinou, em 1920, a Inglaterra como responsável pela Transjordânia, Palestina e Iraque, o que passou a valer a partir de 1923, com a assinatura do *Tratado de Lausanne*. Nessa época, os conflitos entre judeus e palestinos já existiam, sobretudo após a imigração de 89 mil judeus, a grande maioria europeus que não respeitavam os costumes árabes e estabeleciam suas colônias atropelando direitos dos habitantes locais. Com o início do mandato britânico na Palestina, a imigração ficou ainda mais fácil, já que quem controlava a agência de imigração eram as organizações sionistas, aumentando de 10% para 17% de judeus na região. Os sionistas e os britânicos mantinham uma relação estreita, sendo que a Grã-Bretanha foi uma das potências que mais apoiou a criação do Estado de Israel.

Também na época, começou a se discutir as medidas a serem tomadas para a construção do “lar nacional judeu”. Alguns judeus mostravam-se favoráveis a criação de um Estado binacional, onde ambos seriam respeitados em suas particularidades religiosas e culturais. Porém, o chamado grupo revisionista obteve mais influência. O grupo, de caráter ultranacionalista, introduziu o militarismo ao movimento sionista. Vladimir Jabotinsky, fundador do sionismo revisionista, escreveu em seu livro, *A Muralha de Ferro*, em 1923:

Tente achar ao menos um exemplo de colonização de um país que aconteceu com o acordo da população nativa. Tal coisa nunca ocorreu. [...] Qualquer povo lutará contra os colonizadores enquanto lhe reste um fio de esperança de que eles possam evitar o perigo da conquista e da colonização. Os palestinos lutarão dessa forma até que não haja mais o menor lampejo de esperança. [...] Enquanto os árabes tiverem a menor esperança de impedir-nos, eles não venderão essas esperanças por nenhuma palavra doce nem por nenhum bocado apetitoso, porque não nos enfrentamos com gentalha e sim com um povo, um povo vivo. E nenhum povo faz concessões tão grandes sobre questões tão decisivas, a não ser quando não lhes resta nenhuma esperança, até que tenhamos tampado qualquer brecha na muralha de ferro. (JABOTINSKY apud SCHOENMAN, 2008, p. 58-60)

Como os palestinos continuavam excluídos do debate que decidiria o futuro de suas vidas, uma vez que os sionistas desejavam a transferência desses para outro local, houve uma intensa revolta árabe que reclamava a falta de representação nas instâncias administrativas. Os primeiros protestos ocorreram entre 1918 e 1921, sendo especialmente violentos a partir de 1920, culminando em centenas de mortes de árabes, ingleses e judeus. Em 1929, a situação ficou ainda pior quando foi iniciada uma disputa pelo controle dos santuários de Jerusalém. “Apesar de a religião ter sido a causa inicial da luta, os árabes eram motivados pela falta de representatividade na administração e por problemas de ordem econômica, pois os camponeses viam-se desalojados das terras que cultivaram durante séculos, sem direito a emprego nos empreendimentos judaicos.” (GATTAZ, 2002, p. 64).

Com 90% das concessões destinadas para os judeus, houve uma intensa desestabilização econômica do povo árabe. Além disso, como donos da grande maioria das empresas, os judeus contratavam apenas outros judeus, excluindo os palestinos e gerando um grande desemprego entre a população nativa.

Em 1935, foi fundado o Alto Comitê Árabe, sob liderança de Mufti Haj Amin, líder espiritual e político. A partir daí, os palestinos começaram a boicotar estabelecimentos sionistas e se recusaram a pagar impostos aos britânicos. Essa movimentação culminou numa greve geral no ano seguinte, que durou sete meses. A resposta britânica foi a lei marcial, que criminalizava qualquer suspeito de participar de greves ou outras formas de levante popular. Foram impostos “[...] toques de recolher, prisões em massa, multas coletivas, e destruições de casas [...]” (GATTAZ, 2012, p. 67).

Os árabes protestavam contra as instituições inglesas e sionistas. A repressão foi intensa e levou ao banimento do Alto Comitê Árabe, com os líderes sendo presos e deportados. Foram 58 árabes condenados à morte e centenas de militantes à prisão perpétua. Em 1938, o saldo era de 3.717 mortos, em sua maioria, árabes palestinos (GATTAZ, 2002, p. 70). Para aumentar a desigualdade de força bélica e econômica, os

sionistas investiram no que viria a se tornar um poderoso exército israelense anos mais tarde.

Durante a Segunda Guerra Mundial o sionismo ganhou ainda mais força. Com seis milhões de judeus massacrados por Adolf Hitler, os sobreviventes do holocausto foram induzidos a migrar para a Palestina, com a promessa do “lar nacional para judeus” (GATTAZ, 2002, p. 81). Mais de 20 mil judeus imigraram ilegalmente entre os anos 1939 e 1943.

Schoenman traz informações de parcerias importantes seladas entre nazistas e sionistas. “[...] o movimento sionista passou a olhar os antissemitas como seus mais confiáveis patrocinadores e protetores.” (SCHOENMAN, 2008, p. 102). Essa relação se deu de tal forma que os sionistas recusaram-se a resgatar judeus do holocausto, pois sabiam que estes refugiados não consideravam a Palestina como um destino, e sim a América ou Europa. “[...] os sionistas necessitavam da perseguição aos judeus para convencer os judeus a se converter em colonizadores de terras distantes, e necessitavam dos perseguidores para patrocinar o empreendimento.” (idem, p. 117). Para Said,

[...] há uma ironia complexa: as vítimas clássicas dos anos de perseguição antissemita e do Holocausto tornaram-se, em sua própria nação, carrascos de outro povo, que passou a ser, portanto, vítimas das vítimas. O fato de tantos intelectuais israelenses e ocidentais, judeus ou não, se esquivarem direta e corajosamente desse dilema é, creio eu, uma *trahison des clerics* [traição intelectual] de enormes proporções, sobretudo porque seu silêncio, sua indiferença ou ignorância, e seu não envolvimento perpetuam o sofrimento de um povo que não merece tão longa agonia. É claro que, se ninguém pode se apresentar e dizer com franqueza *sim*, os palestinos realmente merecem expiar os crimes históricos cometidos contra os judeus na Europa, então também deve ser verdadeiro que *não* dizer *Não*, os palestinos *não* devem mais ser submetidos a essas provações, é um ato de cumplicidade e covardia moral de dimensão singular. (SAID, 2012, p. 33 - 34)

Ao final da Guerra, os Estados Unidos eram um dos principais apoiadores da causa sionista, não por simpatia religiosa, e sim por interesses nas reservas energéticas que estavam na região da Península Arábica.<sup>4</sup> Havia também o interesse de Harry S. Truman, que assumiu a presidência em 1945, após a morte do então governante Franklin D. Roosevelt, e desejava conquistar votos dos judeus norte-americanos nas eleições presidenciais de 1948. Em uma comissão conjunta, a Inglaterra e os Estados Unidos, começaram a discutir o futuro dos judeus sobreviventes do holocausto. O resultado foi um relatório da Comissão de Inquérito que autorizava, em 1946, a transferência de 100 mil

<sup>4</sup> Abrange os territórios da Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Omã e Kuwait, além de partes da Jordânia e Iraque.

judeus para a Palestina, bem como a rescisão da Lei de Transferência de Terra,<sup>5</sup> de 1940 (GATTAZ, 2002, p.80). Porém a Inglaterra deu um passo atrás e alegou que não poderia concordar com os termos de imediato, propondo novas negociações.

Não bastasse a tensão do momento, os sionistas começaram a investir no terrorismo para pressionar os árabes e os ingleses e reafirmar sua força. Diante de tamanha pressão, a Inglaterra decidiu encaminhar o problema para as Nações Unidas, em 1947, e ameaçou abandonar o mandato antes do prazo acordado. Ao mesmo tempo, representantes da administração inglesa já começavam a sair da Palestina. Pouco mais de um ano após, as tropas inglesas deixaram a região sob ameaças do exército sionista.

No início de 1947, o sucesso da criação do lar nacional já era considerado realidade para os judeus. Por outro lado, os árabes palestinos, temendo a concretização do plano sionista, começaram a se rebelar. Nesse cenário, os sionistas atacaram os britânicos e as populações árabes e judaicas entraram em conflito (GATTAZ, 2002, p.86).

Uma nova conferência, convocada pelos britânicos, foi realizada entre setembro de 1946 e fevereiro de 1947. Denominada Conferência de Londres, esta não contou com a participação nem de judeus, e nem dos árabes. Tal evento culminou na *Declaração de Lord Betim à Câmara dos Comuns*, que alegava a incapacidade da Inglaterra em resolver o conflito instaurado entre árabes e judeus e a transferência do “problema” para a ONU. Sendo assim, em abril de 1947 foi feita uma Assembleia Geral das Nações Unidas, presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, ministro plenipotenciário na época.

O primeiro passo foi discutir, através do Primeiro Comitê, a questão dos refugiados judeus, ao que o representante árabe se colocou contra, afirmando que não era responsabilidade da Palestina a perseguição judaica. A Agência Judaica, pelo contrário, insistiu no assunto dos refugiados judeus, a fim de obter comoção da ONU e dos integrantes do comitê. Após as discussões iniciais, em maio de 1947, foi criado o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina, sem a participação do Alto Comitê Árabe Palestino, o que resultou em termos que não colocavam em questão a independência palestina. Em contrapartida, organizações sionistas não mediam esforços para cooperar com o Comitê Especial, fornecendo documentos e, com a defesa do político David Ben-Gurion,<sup>6</sup> reafirmava o “direito” dos judeus sobre as terras palestinas como um todo (GATTAZ, 2002, p. 91).

Sem conseguir chegar à unanimidade, mais um comitê foi criado em setembro do mesmo ano; o Comitê *Ad Hoc*, dessa vez com a participação do Alto Comitê Árabe Palestino. Tal comitê aprovou, ao invés da independência palestina, a partilha do território entre os povos judeu e palestino, através da *Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU*,

---

<sup>5</sup> Referente ao memorando de 1939, que continha restrições relativas às aquisições de terras e imigração.

<sup>6</sup> Presidente da Agência Judaica e do Executivo Sionista desde 1935, Ben-Gurion ocupou o cargo de primeiro-ministro de Israel até 1963.

de 27 de novembro de 1947.<sup>7</sup> A partilha deveria ocorrer até o término do mandato, em outubro de 1948. O território foi dividido em três partes para o Estado judeu e três para o Estado árabe; uma sétima área, Jaffa, formaria uma enclave árabe em território judeu, enquanto Jerusalém deveria ser administrada pelas Nações Unidas (GATTAZ, 2002, p. 95).

Dentre os problemas da partilha, um era em relação ao número de árabes e judeus:

[...] o número de árabes inclusos no lar nacional judeu ascendia a 497.000, contra 498.000 judeus que ali residiam à época, segundo a ONU. A própria ONU, entretanto, ignorou esses dados e os alertas dos demógrafos para o fato de que o crescimento populacional dos árabes palestinos era muito superior ao dos colonos judeus [...] em pouco tempo a maioria da população voltaria a ser árabe. 'Era óbvio que no Estado criado pelo plano da UNSCOP, os sionistas ou deveriam aceitar uma eventual maioria árabe, ou expulsar uma grande parte da população palestina. Não havia outra escolha possível. (GATTAZ, 2002, p. 100)

Outro grande problema era que a partilha contrariava a *Carta das Nações Unidas*. Tudo isso levou o Alto Comitê Árabe Palestino a declarar que não aceitava a partilha e que o único jeito seria resistir pela força, contra qualquer tipo de ocupação estrangeira que pudesse prejudicá-los.

Os acontecimentos posteriores comprovaram que, para os sionistas, a partilha era apenas um meio de ocupar o território palestino quase em sua totalidade. O que se seguiu foi uma sequência de sangrentas invasões nas aldeias palestinas, no que ficou conhecido como o *Plano D*,<sup>8</sup> em abril de 1948. A primeira invasão aconteceu na pequena vila palestina Deir Yassin, que estava localizada a cerca de dois quilômetros a oeste de Jerusalém, próxima a vários assentamentos judeus (GATTAZ, 2002, p. 109).

## 2.2 *Al-Nakba* e o Plano D

O *Plano D*, que utilizava forças armadas do exército oficial israelense, Haganah, e as duas frentes terroristas Irgun e Stern, se encarregou de planejar e atacar comunidades palestinas a fim de disseminar o pânico entre os árabes, forçando-os a deixar suas terras.

Em abril, ocorreu então a *Operação Unidade*, que tinha como objetivo abrir um corredor entre Jerusalém e Tel-Aviv. Na madrugada do dia nove do mesmo mês, 120 homens sionistas (GATTAZ, 2002, p. 110) iniciaram o ataque em Deir Yassin que deixou

<sup>7</sup> A data da votação foi adiada duas vezes, o que deu tempo aos sionistas de ampliarem sua propaganda e influenciar o voto de diversos representantes. Além disso, o presidente norte-americano, Truman, ameaçava quebra de alianças com os países que não votassem a favor da partilha.

<sup>8</sup> O Plano *Dalet* consistia em ocupar territórios que não estavam previstos na partilha para o Estado judaico.



254 civis palestinos mortos, grande parte mulheres, crianças e idosos, e quatro mortos entre os invasores (idem, p. 112).

Para completar a ocupação da cidade, os terroristas jogavam granadas pelas portas das casas e metralhavam indiscriminadamente a todos os que vissem pela frente. Mulheres tiveram suas barrigas rasgadas por baionetas, e crianças foram mortas em frente a suas mães. Uma comissão inglesa que entrevistou sobreviventes alguns dias depois, concluiu que “muitas atrocidades sexuais foram cometidas pelos atacantes judeus. Muitas jovens mulheres foram estupradas e depois trucidadas. Mulheres idosas também foram molestadas.” Alguns corpos foram encontrados com mais de 60 tiros, ou com membros amputados. Quinze casas foram dinamitadas, incluindo a casa do *muktar*, enquanto as demais foram saqueadas. (GATTAZ, 2002, p.111)

Outro exemplo de invasão é o vilarejo Qaqun onde, como nas demais aldeias, viviam famílias camponesas que possuíam uma vida tranquila, dependendo apenas de suas plantações e mantendo relações próximas com toda a comunidade vizinha. “A maioria da população de *Qaqun* saiu com a roupa do corpo, não teve tempo de levar nada. Mesmo assim, muitos palestinos fizeram questão de carregar consigo a chave de suas casas, na esperança do retorno [...]” (MATOS, 2013, p. 86). Não apenas os ex-moradores de Qaqun, como os de todas as outras regiões atacadas em 1948, em sua grande maioria, também carregam as chaves de suas casas até hoje.

Naquele ano, existiam cerca de 475 vilarejos e povoados palestinos. “Destes, 385 foram arrasados por completo, reduzidos a cinzas. Noventa continuaram de pé, desprovidos de suas terras.” (SCHOENMAN, 2008, p. 73). Além disso, as áreas urbanas como Haifa e Jaffa, previstas na partilha como áreas palestinas, e Jerusalém, de administração internacional, também foram alvos de ataques. O terror foi espalhado com a força física e psicológica – os sionistas disseminaram o medo através de rádios clandestinas, por exemplo –, que forçaram cerca de 40 mil palestinos em Haifa, e 70 mil em Jaffa, a abandonarem suas casas. Entre novembro de 1947 e 15 de maio de 1948, “cerca de 250.000 palestinos tornaram-se refugiados, abrigando-se nas cidades palestinas que ainda não haviam sido tomadas pelos sionistas, ou nos países vizinhos – especialmente Transjordânia, Líbano e Síria.” (GATTAZ, 2002, p.117). Até 1980, a versão mais conhecida de 1948 era de que os palestinos saíram de suas casas por conta própria, porém a história oral dos acontecimentos brutais ganhou voz, na medida do possível, com o passar dos anos (MATOS, 2013, p. 16).

O plano de conquista israelense ficou ainda mais claro quando o presidente norte-americano, Harry S. Truman comunicou que se a ONU não revogasse o acordo de partilha, Washington reconheceria o Estado de Israel. Dessa forma, em maio de 1948 ocorreu o *Conselho dos 13*, que nada mais era do que a proposta de um Estado judaico na Palestina.

Logo em seguida, foi declarada a independência de Israel e Chaim Weizmann foi eleito o primeiro presidente do Estado. A Liga Árabe se manifestou através de uma declaração e reuniu soldados de cinco países árabes para formar uma resistência.

O exército israelense, formado por 63 mil homens (GATTAZ, 2002, p. 126) seguiu ocupando as regiões que não lhe eram destinadas na partilha, inclusive a península do Sinai.<sup>9</sup> Ainda em maio, a ONU ordenou um cessar fogo e foi enviado o Conde Folke Bernadotte de Wisborg, a fim de elaborar um plano de paz para a região palestina. O plano propunha o retorno de todos os refugiados palestinos aos seus lares e recomendou também a limitação da imigração judaica.

Eram cerca de 250 mil refugiados que, mesmo com as ocupações, acreditavam que tudo era temporário e o exército árabe conseguiria deter o avanço israelense em suas terras que cultivaram por tantos anos. Enquanto isso, o exército judaico prosseguia com a matança deliberada de homens e a expulsão de mulheres, crianças e idosos para as fronteiras. Além disso, em setembro do mesmo ano, o Conde foi assassinado pela Stern e substituído por Ralph J. Bunche, que acabou por dar a vitória a Israel em um acordo que lhes dava o direito de permanecer com as terras ocupadas, exceto a Faixa de Gaza;<sup>10</sup> e um cessar fogo temporário – armistício – entre Israel, Egito, Líbano, Transjordânia e Síria.

O número de refugiados palestinos em países vizinhos já chegava a meio milhão em 1949; contando com os que ficaram nas regiões da Cisjordânia e Faixa de Gaza, beiravam 726 mil. O êxodo palestino ficou conhecido entre os refugiados como uma catástrofe - *al-Nakba*.

### **2.3 A Organização pela Libertação da Palestina**

Em 1964, surgiu a Organização pela Libertação da Palestina (OLP). Israel, entre 1964 e 1967, em retaliação aos ataques da OLP nas fronteiras do Egito, Jordânia, Síria e Líbano, demoliram a cidade de Samu, na Jordânia, local onde o exército israelense acreditava abrigar as unidades do comando militar da OLP, o Exército da Libertação Palestina (GATTAZ, 2002, p. 141).

Em uma situação insustentável de violência entre Israel e os países vizinhos, em maio de 1967, surgiram rumores de que Israel estaria planejando invadir a fronteira síria (GATTAZ, 2002, p. 141). Atentos ao que poderia ser um novo ataque israelense, dessa vez com o aparato estadunidense, Egito, Síria e Jordânia formaram um comando unificado. Estavam dadas as condições para a Guerra dos Seis Dias.

---

<sup>9</sup> Pertencente ao Egito, a Península do Sinai é localizada entre os golfos de Suez e Ácaba.

<sup>10</sup> A Faixa de Gaza permaneceu sob comando egípcio.

Alegando uma invasão árabe, Israel realizou um ataque surpresa, em junho de 1967, que destruiu as forças aéreas da Síria e do Egito. Em seis dias, o exército israelense atacou novamente o deserto do Sinai e a Faixa de Gaza, ocupou Jerusalém, as Colinas de Golã e toda a Cisjordânia. Em novembro de 1967, a ONU lança a *Resolução 242*, que ordenava a retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados e exigia a paz entre os Estados, com respeito mútuo à soberania de cada um. Enquanto isso, de 1,4 milhões palestinos, “500.000 tornaram-se refugiados – muitos pela segunda vez, pois haviam buscado abrigo nessas áreas [Cisjordânia, Faixa de Gaza e Jerusalém Oriental] após o êxodo de 1948.” (GATTAZ, 2002, p. 146). Eram cerca de 1,5 milhões de palestinos no exílio.

A perda de direitos dos palestinos era constante. “Proibiu-se o funcionamento de organizações de ajuda mútua, conselhos de estudantes, sindicatos, e mesmo as cortes religiosas muçulmanas (*charia*) perderam sua legitimidade e direito de operação.” (GATTAZ, 2002, p. 153). Até mesmo a distribuição de água era completamente controlada por Israel, que destinava o mínimo possível para os palestinos e desfrutava livremente do restante.

No início dos anos 1970, a OLP, após ser expulsa da Jordânia, estabeleceu-se em Beirute, no Líbano. O país abrigava cerca de 250 mil refugiados palestinos que viviam em campos de refugiados ou em periferias; parte deles vinha do êxodo de 1948, outros de 1967. Os palestinos não tinham direito à cidadania na grande maioria dos países árabes, e no Líbano não era (e não é, até hoje) diferente. Além disso, a forte presença cristã no Líbano implicava intolerância religiosa contra com os muçulmanos. Sendo assim, sem direitos no país de exílio, a OLP construiu uma rede assistencial que buscava atender os refugiados palestinos da região.

Em 1974, a OLP já se configurava em uma reconhecida organização de representação palestina e, no ano seguinte, obteve o direito de participar da tomada de decisões e negociações na ONU. Segundo Gattaz (2002), esse reconhecimento vinha, sobretudo, pela posição da OLP que mudou do rejeicionismo para a acomodação. Yasser Arafat, presidente do Comitê Executivo da OLP, viria a discursar na ONU naquele mesmo ano, defendendo a resistência palestina nas fronteiras através dos ataques à Israel. Segundo ele, a diferença entre aquele que é revolucionário e aquele que é terrorista “está na razão pela qual cada um luta. Pois quem defende uma causa justa e luta pela liberdade e pela libertação de sua terra dos invasores, dos colonos e dos colonialistas, não pode definitivamente ser chamado de terrorista” (ARAFAT apud GATTAZ, 2002, p. 160). Porém, em 1978, Arafat já aceitava o estabelecimento do Estado da Palestina, sem excluir a existência de Israel, o que não afetou a rejeição israelense e norte-americana frente aos palestinos.

Nos anos 80, a situação continuava com a criação de mais assentamentos judaicos, enquanto os palestinos em territórios ocupados sofriam todo tipo de violação de seus

direitos básicos, como “as políticas de deportação, tortura de detidos, prisões em massa, demolições de casas, espancamento e assassinato de pessoas inocentes – dentre elas crianças, mulheres e idosos – e humilhação dos palestinos em sua vida cotidiana através de revistas arbitrárias, bloqueios, toques de recolher, fechamento de escolas e instituições comunitárias, etc.” (GATTAZ, 2002, p. 168). Israel seguia sem cumprir nenhuma resolução da ONU, sobretudo porque os Estados Unidos lhes davam esse poder. A situação se agravava na medida em que colonos armados praticavam violência contra o povo palestino.

## 2.4 Primeira e Segunda Intifada

O Comitê Especial das Nações Unidas apontava, em relatórios, que a violência nos territórios da Faixa de Gaza e Cisjordânia havia chegado ao limite. Nos territórios ocupados, ilegalmente, em 1967, os colonos se sentiam no direito de continuar estabelecendo assentamentos judaicos. Os palestinos residentes em territórios ocupados não tinham direitos políticos e nem mesmo liberdade de expressão. Ser palestino era praticamente um crime para Israel, que considerava o nacionalismo dessa população uma ameaça ao Estado. Até mesmo a colheita de *zatar*<sup>11</sup> foi proibida, comprometendo a cozinha palestina em seus costumes cotidianos. Para Schoenman (2008), o Estado de Israel praticava e pratica até hoje racismo contra a população palestina, na medida em que estes são privados de seus direitos básicos apenas por serem árabes palestinos, considerados perigosos e sujeitos a todo tipo de humilhação, como a desigual distribuição de água por exemplo.

Na área trabalhista não poderia ser diferente. Os palestinos tinham menos direitos e recebiam valores muito inferiores dos judeus, mesmo realizando o mesmo trabalho. Ainda que com salários diferentes, 20% do pagamento era recolhido, como uma espécie de taxa de ocupação. As exportações também se davam de forma distinta: enquanto para os judeus era livre, para os árabes havia um controle rígido que praticamente inviabilizava uma economia saudável para a população palestina.

Diante de uma violência cotidiana em todas as instâncias, que incluía até mesmo perseguições a sindicatos e associações, destruição de casas e aldeias, toque de recolher, além da morte de quatro palestinos e nove feridos na Faixa de Gaza, em dezembro de 1987, o povo palestino despertou e foi às ruas protestar contra Israel. A reação do exército israelense provocou ainda mais mortes, ao passo que os palestinos sentiam-se indignados e cansados das afrontas dos colonos.

Começa então a Primeira Intifada, que ficou conhecida principalmente pelas imagens de crianças jogando pedras em tanques israelenses. Além das pedras contra um poderoso

---

<sup>11</sup> Erva nativa da região do Oriente Médio e Mediterrâneo.

exército fortemente armado, os palestinos praticaram boicotes através da desobediência civil, instauração de escolas clandestinas como forma de resistir ao fechamento das escolas por parte de Israel, e a recusa ao pagamento de impostos.

Sob a liderança do ministro da defesa Yizthak Rabin, o exército, as forças especiais, a polícia e os colonos israelenses reagiram com o uso de armas de fogo e munição real, provocando centenas de mortes entre os palestinos - somente no primeiro ano de repressão, 450 palestinos foram mortos pelas forças israelenses, mais de 20.000 ficaram feridos e 51 foram deportados dos territórios ocupados; em certos períodos, até 12.000 pessoas foram mantidas presas. Em três anos de revolta, o número de mortos entre os palestinos seria superior a 1.000, incluindo mais de 200 crianças e adolescentes. No mesmo período cerca de 100 israelenses foram mortos pelos palestinos, em ataques às forças de ocupação, emboscadas aos colonos dos territórios ocupados e em atentados terroristas. (GATTAZ, 2002, p. 173).

No terceiro ano da Intifada, começaram a ocorrer alguns atentados terroristas contra civis israelenses por parte de militantes palestinos, o que levou à reprovação da comunidade internacional e mais violentas repressões israelenses. A resolução emitida pela ONU, logo no início do levante palestino, repreendia o comportamento extremamente violento do exército de Israel contra os palestinos, numa clara desigualdade de forças. Se de um lado havia pedras, coquetéis *molotov*, barricadas e armas de fogo, do outro havia um poderoso exército que dispunha de todo o tipo de armamento para aniquilar quem se levantava contra as ocupações, ou invasões, israelenses.

Na 43ª Assembleia Geral da ONU, que visava debater a questão palestina, Yasser Arafat foi indicado para representar a delegação palestina e discursar na sede, em Nova York. Porém, os Estados Unidos negaram o visto para Arafat, ao passo em que, perante votação,<sup>12</sup> a Assembleia foi realizada em Genebra.

Em seu discurso, Arafat manifestou que o Conselho Nacional Palestino reconhecia o Estado de Israel e se colocava contra o terrorismo. Ele também propôs um plano de paz que deveria ser debatido em uma Conferência Internacional de Paz para o Oriente Médio. A maioria das delegações presentes na Assembleia elogiou o plano e se colocaram a favor da luta palestina, contra a opressão de Israel. Dessa forma, foi aprovada a *Resolução 43/176*, com 138 votos a favor, dois contra e duas abstenções (GATTAZ, 2002, p. 177). Essa resolução tinha o intuito de viabilizar as propostas de paz de Arafat. Outra resolução aprovada foi a 43/177, que reconhecia o pedido do Conselho Nacional Palestino de independência de um Estado da Palestina.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Foram 154 países a favor, dois contra e uma abstenção. O que evidencia o apoio internacional à causa palestina e a reprovação à negação do visto americano à Arafat.

<sup>13</sup> A ONU começou, então, a utilizar a designação "Palestina".

Com a intensificação da violência israelense e o agravamento na economia árabe, os grupos islâmicos começaram a crescer, sobretudo o Hamas e a Jihad Islâmica e, conseqüentemente, os ataques terroristas começaram a ocorrer com frequência. Importante salientar que Israel sempre incentivou que houvesse grupos separados entre os palestinos, a fim de enfraquecer o movimento da Intifada. Negando legitimidade aos movimentos palestinos, o terrorismo ganhou espaço entre uma parte de combatentes que rejeitava qualquer ideia de existência de Israel.

Em 1992, um novo primeiro ministro foi eleito em Israel. Yitzhak Rabin decidiu por negociar com a OLP em conversações secretas que aconteceram em Oslo, Noruega. A decisão de Rabin deu-se pelo medo dos movimentos islâmicos em ascensão, e, como coloca Gattaz (2002), visava um acordo que fosse benéfico ao regime de ocupação israelense. E assim, foi assinada a *Declaração de Princípios* entre Israel e a OLP, em setembro de 1993, em uma cerimônia na Casa Branca, em Washington. Yasser Arafat, Yitzhak Rabin e Shimon Peres<sup>14</sup> selaram a declaração com um aperto de mãos que deu esperanças à comunidade internacional. Através de novos acordos realizados nos anos seguintes, a declaração foi modificada algumas vezes, mas sempre beneficiando muito mais Israel.

Inicialmente, a declaração tratava apenas do reconhecimento mútuo entre Israel e a OLP, a retirada das tropas israelenses da Faixa de Gaza, Jericó e algumas áreas da Cisjordânia; bem como a fundação da Autoridade Palestina, que governaria áreas sem a presença do exército de Israel.

Questões fundamentais, tais como a extensão dos territórios a serem 'cedidos' por Israel, a natureza da entidade palestina que seria estabelecida, o futuro dos assentamentos israelenses, os direitos sobre a água, e a solução do problema dos refugiados e do status de Jerusalém foram deixadas de lado, devendo ser discutidas em 'negociações finais' que seriam completadas até maio de 1999. (GATTAZ, 2002, p. 181)

Israel, com o aparato dos processos de paz de Oslo, na realidade obteve uma importante ferramenta para legitimar a ocupação israelense. As divisões de terras entre judeus e palestinos explicitaram que os árabes continuavam em evidente prejuízo. As áreas destinadas à autonomia palestina, sem quaisquer comandos israelenses, eram demasiadas pequenas e, além disso, espalhadas entre as áreas em que os palestinos poderiam controlar a administração civil, porém continuariam sob comando do exército de Israel, e as áreas completamente dominadas pela autoridade israelense. Ou seja, as áreas

---

<sup>14</sup> Shimon Peres era ministro do exterior israelense.

Juntos, os três ganharam o Prêmio Nobel da Paz de 1994, pelo acordo finalmente selado entre as duas partes, Israel e Palestina.

independentes estavam cercadas por áreas que mantiveram a presença do exército israelense, fazendo com que a autonomia e liberdade dos civis palestinos fossem extremamente limitadas, “instituíam-se o regime de clausura e dos *bantustan* (assim chamados por analogia com as regiões criadas pelo governo do *apartheid* na África do Sul.” (GATTAZ, 2002, p. 182).<sup>15</sup>

No período de 1996 a 1999, o primeiro ministro Benjamin Netanyahu, interrompeu as negociações com os palestinos. Bill Clinton, em 2000, desta vez ao lado do primeiro ministro israelense Ehud Barak, reuniu os representantes de ambas as partes, em Camp-David, a fim de estabelecer diretrizes finais para o acordo, porém, mais uma vez, Israel apresentou um projeto inadmissível para os palestinos, que contradizia todos os acordos feitos durante os processos de paz de Oslo (ainda que Barak estivesse “cedendo” mais do que outros líderes israelenses jamais fizeram).

Israel insistia na soberania sobre Jerusalém Oriental. Yasser Arafat, ciente de que se aceitasse tais condições seria rejeitado pela população palestina, recusou-se a assinar e obteve intensas críticas na comunidade internacional. O fato rendeu a Arafat uma popularidade positiva na comunidade palestina e, à Barak, duras críticas dos israelenses que consideraram “demais” o que ele estava propondo.

A crise humanitária entre os palestinos continuava, com crescente desemprego e queda do Produto Interno Bruto (PIB), ao passo que os assentamentos judaicos continuavam sendo instalados nos territórios ocupados. Mesmo nas áreas em que os palestinos poderiam ter autonomia total – áreas isoladas pela política de clausura – estas eram as terras menos produtivas e os recursos básicos como a água, permaneciam sob controle israelense. Os palestinos, presos em pequenos territórios, tinham de se submeter ao controle de soldados israelenses se quisessem circular por outras áreas para trabalhar ou até visitar parentes que se encontravam em outros enclaves. Esse controle era feito através de brutas revistas e situações vexatórias que humilhavam os palestinos.

A Autoridade Palestina, em meio a esse cenário, provou-se ineficiente para estabelecer um autogoverno para os povos palestinos. Sendo assim, a economia palestina continuava aos meandros e, além disso, a falta de transparência e a corrupção foram fatores que contribuíram para que a luta palestina não caminhasse. Mais uma vez, os palestinos enfrentavam uma crise, o que levou à Segunda Intifada, dessa vez, mais violenta, em novembro de 2000.

O gatilho da Segunda Intifada foi quando Ariel Sharon visitou a Esplanada das Mesquitas, em Jerusalém, acompanhado por inúmeros militares israelenses, impedindo a entrada dos palestinos na mesquita Al-Aqsa durante horas. O dia seguinte a essa visita de

---

<sup>15</sup> Nelson Mandela declarou publicamente apoio a causa palestina, relacionando a situação dos palestinos com o regime de *apartheid*.

Sharon, foi marcado por manifestações de palestinos, inconformados com o que havia ocorrido no dia anterior; sobretudo porque Sharon era um ferrenho defensor da anexação de toda a Jerusalém Oriental para domínio israelense. A resposta aos protestos foi a morte de seis palestinos e 100 feridos durante a repressão do exército.

Como era de se esperar, com o início de uma nova rebelião dos palestinos, os israelenses reagiram com uma força desproporcional, deixando mais doze palestinos mortos. O que se seguiu, foi uma série de retaliações entre árabes e judeus, ceifando a vida de civis, militares e militantes das organizações islâmicas.

Como na Primeira Intifada, jovens atiravam pedras e coquetéis *molotov* contra tanques israelenses blindados. Casualmente, havia o uso de armas de fogo pelos palestinos, porém sem grande sucesso, já que Israel era munido de uma proteção inigualável. As manifestações, mesmo que inicialmente não violentas, terminavam em repressões que deixavam mais palestinos mortos, causando mais revolta entre os árabes.

Na primeira semana da Segunda Intifada, o presidente francês reuniu-se com Arafat, Ehud Barak e Madeleine Albright, secretária de Estado norte-americana, com o intuito de cessar a onda de violência que se espalhou rapidamente na Palestina. Porém, quando se propôs que fosse realizada uma investigação internacional sobre os abusos policiais cometidos pelo exército israelense, não houve negociação por parte de Israel. Barak recusou-se, inclusive, a outra conversa que seria realizada no Cairo, e acusou Arafat de não fazer nada para impedir a violência. Enquanto isso, a estrutura da Autoridade Palestina era destruída e os repasses de verbas internacionais impedidos (GATTAZ, 2002, p. 197).

Influenciados por um processo de paz totalmente falido, pela derrota da Autoridade Palestina e o descrédito em Yasser Arafat, cada vez mais palestinos se aliavam aos grupos de resistência islâmicos, o que levou ao terrorismo<sup>16</sup> contra civis israelenses. O que ocorreu, a partir de novembro de 2000, foi uma série de ataques terroristas organizados pela Jihad Islâmica, Hamas e Fatah, que culminou em uma forte repressão israelense com helicópteros, artilharia e bombardeios. Para Said, é necessário ponderar que o surgimento de tais grupos extremistas, deve-se a intensão humilhação com a qual os palestinos foram tratados durante anos.

Por mais que se lamente e até se deseje reparar de algum modo as vidas perdidas e o sofrimento que a violência palestina impõe a inocentes, ainda assim é necessário, em minha opinião, afirmar que nenhum movimento nacional foi tão injustamente penalizado, difamado e sujeito a retaliações desproporcionais por suas culpas do que o palestino. A política israelense

<sup>16</sup> Em 2001, um motorista de ônibus palestino, que trabalhava há anos em uma empresa israelense e nunca havia levantado suspeitas, realizou um atentado contra jovens militares israelenses em um ponto de ônibus. Foram oito mortos e dez feridos. O motorista nunca teve participação em partidos políticos ou grupos militantes. Porém, como observa GATTAZ (2002), o homem era morador em Gaza, o que significa que sofria humilhações diárias nos postos de controle israelenses.



de contra-ataques punitivos (ou terrorismo de Estado) parece ser tentar matar de cinquenta a cem árabes por judeu morto. (SAID, 2012, p. 33)

Barak, diante de uma represália norte-americana pelo uso excessivo da força na repressão contra os palestinos, tentava negociar com Arafat; porém a proposta era deixar de lado as questões sobre Jerusalém Oriental e o direito de retorno. Houve então a renúncia de Barak, e a candidatura de Sharon, que foi eleito em fevereiro de 2001. “Para marcar oposição ao novo primeiro-ministro, o grupo nacionalista islâmico Hamas prometeu realizar dez atentados, deixando o exército israelense de sobreaviso e provocando o aperto à clausura imposta à população palestina (o que não impediu a realização dos atentados).” (GATTAZ, 2002, p. 203).

Ariel Sharon, mesmo em meio caos estabelecido, insistia na destruição de casas, plantações, estradas palestinas e a estrutura da Autoridade Palestina. Ao mesmo tempo, iniciava construções de casas e apartamentos na área árabe de Jerusalém e interrompia as negociações de paz, negando-se a cessar a construção dos assentamentos. Por outro lado, os líderes palestinos exigiam que tais construções fossem suspensas.

Quando os israelenses tomaram as áreas determinadas como palestinas, a violência atingiu níveis ainda piores. Houve bombardeios por terra, mar e ar nessas áreas, em uma intensa operação militar em territórios onde os soldados israelenses haviam se retirado durante os acordos de paz de Oslo. Novos ataques terroristas de palestinos aconteceram em locais como um *shopping center* e uma boate; conseqüentemente, Israel respondia com mais retaliações violentas.

Em junho de 2001, Arafat e Sharon acataram ao plano de George Tenet, representante da Central Intelligence Agency (CIA). Tal plano determinava que a Autoridade Palestina deveria responsabilizar-se pelo cessar dos atos terroristas praticados contra os israelenses, e Israel desocupar as áreas que deveriam permanecer sob ocupação somente palestina. Porém militantes do Hamas e a Jihad Islâmica, por não se sentirem representados pela Autoridade Palestina, também não se sentiam no dever de acatar suas ordens ou recomendações. Em poucos dias, a violência voltou a acontecer em ambos os lados. Setembro e outubro foram marcados pelos ataques mais violentos daquele ano, especialmente após o atentado de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos. Como nota Gattaz,

Na Palestina, duas conseqüências foram notadas: o fortalecimento dos grupos nacionalistas islâmicos (especialmente após o início da ofensiva contra Talebã no Afeganistão), e a intensificação das agressões israelenses, colocadas sob o manto da guerra ao terrorismo mundial. Nas ruas de algumas cidades, como Nablus e Ramallah, algumas centenas de pessoas saíram às ruas para festejar o ataque aos símbolos do econômico e militar norte-americano, porém, como notaram os correspondentes do *The*

*Independent* nos territórios ocupados, “essas cenas foram em pequena escala e não representam os sentimentos ambivalentes da maioria”. Além disso, nos dias seguintes, os palestinos realizaram diversas vigílias e homenagens aos mortos nos ataques terroristas, que prevaleceram às manifestações extremistas de apoios a Bin Laden e ao Talebã. Numa tentativa de afastar a liderança palestina de qualquer ligação com os atentados, Yasser Arafat concedeu entrevista às redes de televisão ocidentais condenando publicamente o ataque terrorista, em seu nome e “em nome dos palestinos”, e doou sangue para as vítimas da tragédia. (GATTAZ, 2002, p. 206-207).

O que se seguiu foi uma intensa repressão aos palestinos sob a desculpa da “guerra ao terror”. As ofensivas e retaliações, de ambos os lados, continuaram até 2005, sendo que em 2001, Arafat, na tentativa de um cessar-fogo, ampliou a repressão contra os terroristas, causando uma pequena guerra-civil. Na ONU, tudo permanecia igual: inúmeras resoluções em vão, em virtude do poder dos Estados Unidos sobre Israel e o resto do mundo.

Em 2005, a Faixa de Gaza e do norte da Cisjordânia foram desocupadas pelas tropas de Israel, bem como os assentamentos judaicos foram retirados. O Hamas acabou por vencer as eleições parlamentares de 2007, ainda que nem o Fatah e nem Israel o reconhecesse. Dessa forma, enquanto o Hamas ficou no controle da Faixa de Gaza, o Fatah ficou com a região da Cisjordânia. Mesmo com essas áreas de domínio palestino, até hoje, os cidadãos árabes palestinos não possuem liberdade de deslocamento entre os territórios, bem como são privados de recursos naturais por conta do racionamento imposto por Israel. Somado a isso, as prisões em massa continuam a ocorrer deliberadamente e até crianças são vítimas desses encarceramentos.

## **2.5 A posição do Brasil**

O Brasil reconheceu o Estado da Palestina em 2010, através do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), após um pedido da Autoridade Palestina. O país também já reconhecia a OLP como representante legítimo da Palestina desde 1975. Na ONU, a Palestina passou de “entidade observadora” para “Estado observador não-membro” somente em 2012. A medida foi um avanço em questões diplomáticas, conquistado através de uma petição criada por Mahmoud Abbas, presidente palestino na época. Estados Unidos, Israel e mais sete países votaram contra a decisão, enquanto 138 votaram a favor e 41 se abstiveram.

Os anos de 2010, 2012, 2014, 2018 e 2019 foram marcados por intensos conflitos que causaram morte de milhares de civis, principalmente palestinos, ao passo em que os assentamentos judaicos continuavam – e continuam – a acontecer. Em meio aos ataques de Israel contra o povo palestino, no início de 2019, o Brasil, através do presidente Jair Messias

Bolsonaro (PSL), voltou atrás na relação histórica do Brasil com a Palestina e votou, pela primeira vez, contra os palestinos no Conselho da ONU de Direitos Humanos.

No Brasil, através de um discurso sionista proferido pelo atual presidente, o retrocesso beira a barbárie e ignorância. O restaurante Al Janiah, cujo dono é descendente palestino e emprega diversos refugiados palestinos, os efeitos disso foram sentidos quando o estabelecimento foi alvo de ataques em setembro de 2019. Além disso, medidas do presidente norte-americano, Donald Trump, têm cada vez mais impedido que recursos cheguem às entidades que prestam ajuda humanitária para os palestinos assolados por um massacre contínuo desde 1948. Junto a isso, o presidente também retrocede cada vez mais na questão de acolhimento a refugiados de qualquer parte do mundo.

### 3 PAUTA ESTENDIDA: Encontrando e entrevistando personagens

A proposta de entrevistar três personagens deve-se ao desejo de mostrar diferentes perspectivas e vivências. Perceber como o refúgio e a imigração aparecem nos diferentes relatos. Tal desejo se manifestou pela percepção da forma superficial que a grande mídia trata o conflito Israel Palestina e em como essa superficialidade pode prejudicar o entendimento sobre a figura do estrangeiro árabe que chega ao Brasil. O livro-reportagem, nesse caso, tem potencial para dar conta de um grande volume de informações, que serão abordadas com aprofundamento.

[...] se pode compreender o espaço que o livro-reportagem acaba ocupando, preenchendo o vazio deixado pelas publicações periódicas. Trata-se da questão da superficialidade e do extremo oportunismo com que se apresenta o trabalho da imprensa cotidiana. Arelada ao fato em ocorrência, a imprensa luta contra o relógio, briga com a concorrência, desse modo praticando em muitas ocasiões o exercício de uma informação pública imprecisa, incompleta. (LIMA, 1951, p. 31-32)

Procurei os contatos através do bar/restaurante Al Janiah, localizado no bairro do Bixiga, em São Paulo. No local, os funcionários são, na maioria, refugiados e imigrantes de diversas partes do mundo e possui uma atenção especial à causa palestina, já que o proprietário pertence a essa origem. As paredes são todas preenchidas com cartazes, pôsteres, ilustrações e fotografias que remetem às pautas dos árabes palestinos. O avental dos garçons e garçonetes é uma bandeira da Palestina e, na cabeça, usam o *kufiya*, lenço comumente utilizado por militantes nas intifadas palestinas.

Em se tratando da direção das perguntas, priorizei as mais abertas possíveis, procurando entender quais os principais fatos levantados pela própria fonte. O receio de fazer perguntas muito direcionadas ao conflito teve o intuito de não banalizar a violência e não fazer com que pensassem que eu estava procurando histórias exclusivamente tristes. Inicialmente, essa preocupação partiu da resposta do administrador da página do Al Janiah, quando os procurei para pedir indicações de fontes. Ficou claro que eles não estavam dispostos a conversar com jornalistas, sobretudo pela alta procura de meios de comunicação para matérias e reportagens sobre o refúgio. Uma das fontes, Alaa, inclusive, chegou a mencionar sua experiência com alguns jornalistas de grandes veículos, e afirmou que muitos deles foram extremamente inconvenientes em algumas ocasiões. Fabiana Moraes (2015), em seu livro *O Nascimento de Joicy*, propõe uma discussão sobre o que ela chama de jornalismo de subjetividade:

Reconhecer que não somos capazes de guiar comportamentos, falas, sentimentos e situações, aliás, não prejudica a narrativa jornalística; ao

contrário, pode enriquecê-la. Parece óbvio, mas o fato é que grande parte da produção desse campo midiático funciona a partir de um imenso e terrível ato de manipulação e autoritarismo, no qual pessoas e grupos são praticamente obrigados a se comportar, a responder e mesmo a *sentir* aquilo que o jornalista - quase sempre apressado ou ansioso para dar conta de algo que está em *sua* cabeça - quer. (MORAES, 2015, p. 159-160)

Na medida em que as conversas com Alaa e Isam avançaram, eu percebi que eles, e grande parte dos refugiados e imigrantes, têm mais para dizer além do sofrimento. Nasceram num contexto de conflito, no qual a violência é cotidiana, mas isso não os deixa em posição de miseráveis. Essas pessoas têm uma vida comum em São Paulo. Trabalham, fazem academia, têm amigos e amigas, passeiam, pagam contas. Entendi que não seria justo focar apenas em tristeza e miséria, exatamente porque compreendi em seus relatos um anseio por ser representado para além da guerra.

O próprio uso deliberado da palavra "refugiado" nos meios de comunicação muitas vezes não leva em conta que o termo é designado apenas para quem é forçado a deixar seu país, em situações de perseguição política e/ou conflitos armados. Portanto, nem todos os palestinos que vivem no Brasil ou em outras partes do mundo, são refugiados. Alaa, por exemplo, é imigrante, ou seja, escolheu mudar de país e o fez através da solicitação de visto. As leis que protegem refugiados e imigrantes são diferentes. Ao mesmo tempo, se pensarmos que todos os descendentes de palestinos expulsos em 1948 também são refugiados, temos aí uma dupla condição: refugiados da Palestina e imigrantes em outros países.

Dessa forma, o trabalho foi conduzido ao redor de constantes reflexões do uso das palavras e enquadramentos possíveis. Uma narrativa subjetiva não precisa ser unicamente uma narrativa triste. Encontrar as semelhanças entre o jornalista e a fonte também é possível, e não apenas explorar a dor e o sofrimento de sujeitos que muitas vezes não se enxergam nem tristes e nem sofredores. "Na medida em que somente a dor é focalizada, as pessoas que viveram toda uma experiência de sobrevivência e resistência acabam sendo reduzidas a simples vítimas, não sendo levado em conta o fato de que também são sobreviventes e resistentes" (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p. 107).

Nas entrevistas com Isam ele conta diversas vezes sobre sua vida pessoal. Nossas longas conversas me trouxeram muitos relatos interessantes do ponto de vista jornalístico, como também revelações até de sua vida sexual e afetiva. Compreendi que esse tipo de conversa com ele, as quais não tive nenhum problema ou constrangimento, surgiram em um dado momento em que ele já havia esquecido o meu propósito ali. Quando caía em si, afirmava que estava me contando aquilo me vendo *como amiga*, não como jornalista. Certamente, em nenhum momento pensei em publicar relatos tão íntimos, mas vale a discussão de Eduardo Belo (2006), na obra *Livro-reportagem*:

Como em tudo, é preciso o bom senso. Ao contar detalhes da vida pessoal de alguém, torna-se necessário ater-se a aspectos que tenham relevância para o contexto.

Um exemplo: o biografado, na juventude, teve um curto romance sem consequências com a senhora A, hoje casada com o proeminente senhor B. Qual a importância da informação? Se ela ainda não é pública, em nada afeta a vida das demais pessoas e os protagonistas não têm ou não tiveram intenção de revelá-la, é ilícito ao jornalista publicá-la em nome do ineditismo? Isso acrescenta o quê para a história? Faz parte do foco do livro? O que se pretende com esse tipo de revelação? (BELO, 2006, p. 74)

Por fim, a proposta é que seja um produto sensível, educativo e que contribua com a luta palestina, no sentido de desmistificar visões preconceituosas acerca de seu povo, bem como elucidar aspectos históricos para compreender o movimento migratório decorrente do conflito Israel Palestina.

#### 4 DESLOCAMENTOS: Refúgio, imigração e exílio

Desde o final do século XIX o mundo tem sido palco de diversos fenômenos – políticos, econômicos, naturais – que levam milhões de indivíduos a se deslocarem de seu país natal para outros destinos. Nessa onda de migração moderna,<sup>17</sup> termos como *refugiados*, *imigrantes*, *exilados*, *apátridas* e *diáspora* são amplamente abordados pela mídia e pela academia. Cada uma dessas designações compreende realidades distintas, porém próximas. São todos sujeitos em constante viagem.

O exílio, para Edward Said, é uma condição ligada a certa espiritualidade e solidão. É o indivíduo retirado de seu país contra sua vontade, sujeito ao distanciamento eterno da vida ao lado dos *seus*. O comportamento do exilado pode ser de isolamento em seu novo país, ou pode ser de fazer do mundo sua nova terra.

O exílio nos compele estranhamente a pensar sobre ele, mas é terrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar; sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre. (SAID, 2003, p. 46)

Refugiados, segundo a ONU, são aqueles se veem obrigados a deixar seu país em virtude de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa. As imagens de refugiados venezuelanos chegando ao Brasil no final de 2018 circularam por diversas redes sociais e canais de televisão. Com as malas nas mãos e os olhares cansados, foram recebidos na fronteira com ataques de brasileiros inconformados com a “invasão venezuelana”. Outro exemplo de referência à figura do refugiado é o menino sírio, Aylan Kurdi, de apenas 2 anos, morto em uma praia turca em decorrência da tentativa de atravessar o Mediterrâneo com sua família; ele e mais 12 refugiados morreram afogados. Recentemente, em junho de 2019, pai e filha foram encontrados mortos na beira do Rio Grande, entre o México e os Estados Unidos; os dois saíram de El Salvador e tentaram atravessar a fronteira rumo ao norte da América. Para Said, “[...] os refugiados são uma criação do Estado do século XX. A palavra ‘refugiado’ tornou-se política: ela sugere grandes

<sup>17</sup> A migração moderna pode ser compreendida como a migração decorrente pós Revolução Industrial, quando muitas pessoas ficaram desempregadas e decidiram deslocar-se para países mais desenvolvidos. Com essa intensa chegada de imigrantes, principalmente nos Estados Unidos, o país começou a regular a entrada de estrangeiros através de leis como o Estatuto Geral da Imigração, de 1882.

rebanhos de gente inocente e desnordeada que precisa de ajuda internacional urgente [...]” (SAID, 2003, p. 54).

Os imigrantes, como o próprio nome sugere, são aqueles que migram, e estes podem ser por motivos diversos, pessoais ou sociais. Já os apátridas, perderam suas nacionalidades e não possuem outra, em nenhum Estado. As leis e regulamentações acerca de cada um garantem seus respectivos direitos. No Brasil, a Lei de 6.815/1980 foi atualizada em 2017, passando a constituir-se como a Lei 13.445/2017. A nova legislação representou um avanço nas pautas migratórias do Brasil, já que a antiga era oriunda dos tempos do Regime Militar, apresentando termos como “segurança nacional” e relegando ao estrangeiro uma característica negativa, que apresentaria certo perigo. Para Oliveira, o país passou a ter:

[...] uma das legislações mais modernas no trato das políticas migratórias, avançando no tratamento dos pilares que sustentam a integração plena do migrante à sociedade brasileira ao assegurar o pleno acesso aos serviços, garantindo a reunião familiar, reconhecendo a formação acadêmica obtida no exterior, permitindo a associação sindical e política, facilitando a inclusão laboral, repudiando práticas de discriminação e descriminalizando a migração e repudiando práticas de deportações coletivas. (OLIVEIRA, 2017, p. 175)

Por fim, diáspora era um termo exclusivamente relacionado aos judeus. Com a globalização, a criação da ONU e seus programas de amparo aos refugiados, diáspora passou a ser relacionada a diversos tipos de migrantes. A palavra está ligada a uma dispersão de povos originários de determinado grupo social.

Mas, nesse mundo de denominações, leis e diretrizes, onde estão os palestinos? É difícil pensar em uma classificação para esse povo, que desde 1948, tem vivido como errante em tantas partes diferentes do mundo. Um povo que até mesmo em seu próprio território de origem vive como se fosse refugiado, exilado e apátrida. Vive em uma eterna diáspora e, mesmo assim, sonha com o retorno. No Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, retorno quer dizer “ato ou efeito de retornar; regresso, volta, retornamento, retornança.”; “regresso no espaço ou no tempo.”; “repetição, reiteração de fenômeno, acontecimento, situação etc.”. Mas, como retornar a um local onde você nunca esteve? Essa é a grande arma da resistência palestina. O sentimento de pertencimento à nacionalidade palestina independe de onde o sujeito tenha nascido desde que seja descendente de ao menos um refugiado de 1948.

O refugiado palestino não é o mesmo refugiado protegido pela Convenção de 1951. A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) determina que os refugiados palestinos são “pessoas cujo lugar normal de residência era a Palestina durante o período de 1º de junho de 1946 a 15 de maio de 1948 e que perderam



tanto casa quanto meios de subsistência como resultado do conflito de 1948". Tal status de refugiado palestino é garantido a todos os descendentes de refugiados homens.

Dessa forma, é ainda mais complexo pensar o que, afinal, são os palestinos deste livro. São refugiados porque são descendentes de refugiados e possuem o direito de retorno reconhecido pela ONU. Mas nasceram em outro país, que não é a Palestina. A partir do momento em que deixam esse outro país e chegam ao Brasil, podem ser imigrantes, no caso de Alaa ou refugiados, no caso de Rawa e Isam. Em todas essas andanças pelo mundo, a certeza que fica é de que são palestinos: de sangue e de espírito.

Tecnicamente, os personagens deste livro não são exilados. Mas possuem características semelhantes aos exilados, sobretudo porque não conseguiriam "voltar" à Palestina se tentassem e estão longe de suas origens por uma imposição (desde 1948). Quando Said diz que "No fim das contas, o exílio não é uma questão de escolha: nascemos nele, ou ele nos acontece." (SAID, 2003, p. 57), é possível enxergar a figura do árabe palestino, pois estes nasceram na condição de refugiados, assim como seus filhos nascerão, até que o tão esperado retorno aconteça.

De todo jeito, a vida dos três é marcada por transitoriedades. Seus corpos políticos têm reivindicado o direito de ocupar diversos lugares. Ainda que exista um sentimento de pertencimento a uma determinada terra, eles têm feito do mundo sua terra. Para Said, é o que deve ser feito, porque "desde que o exilado se recuse a ficar sentado à margem, afagando uma ferida, há coisas a aprender: ele deve cultivar uma subjetividade escrupulosa (não complacente ou intratável)." (SAID, 2003, p. 57). O que fica claro é que o sentimento de identidade nacional pode nascer e se fortalecer nas condições de exílio (ou deslocamento), ao mesmo tempo em que o sujeito pode habitar outros espaços do mundo. Como observa Segatto, o território "É uma representação que nos representa: nunca algo puramente referenciado pelas descrições que dele fazemos, objetivamente, em nossos enunciados, mas sempre um índice que denuncia onde estou, quem sou, a qual "nós" pertenço, onde me localizo como significante encadeado a ele em uma sintaxe singular." (SEGATTO, 2005, p. 198).

Dessa forma, é interessante pensar a questão do território ligada a uma dimensão simbólica, capaz de direcionar identidades dos sujeitos, que se auto determinam em relação ao espaço que vivem. "[...] o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados." (HAESBAERT, 2002, p. 121). No caso da Palestina, o espaço pode não ter sido habitado na dimensão real, mas sim através de memórias familiares. Ainda que a globalização tenha proporcionado um crescente deslocamento, algumas tradições insistem em existir e povos insistem em apropriar-se novamente de terras

perdidas há gerações. O direito de retorno não é visto como mero dispositivo da ONU, a fim de apaziguar os conflitos, mas é o tempo inteiro reiterado pelos palestinos que sonham em reterritorializar os Territórios Ocupados. Haesbaert fala ainda em des-re-territorialização, “[...] um refazer de territórios, de fronteiras e de controles que variam muito conforme a natureza dos fluxos em deslocamento, sejam eles fluxos de migrantes, de mercadorias, de informação ou de capital.” (HAESBAERT, 2002, p. 122)

A territorialidade está ligada também – naturalmente – às relações de poder. Se pensarmos na questão palestina, o que vemos são os israelenses como colonos e os árabes como subalternos – por questões que passam pelo poder econômico, bélico e de apoio internacional (FERNANDES, 2014). Os árabes palestinos estão banidos de seu próprio território, e os que ainda estão lá sofrem diversas limitações em suas práticas culturais ou até mesmo na livre circulação. Dessa forma, são sujeitos desterritorializados, tanto os refugiados em outros países, como os que ainda permanecem lá (em campos de refugiados, diga-se de passagem). O território teria então uma relação direta com a formação identitária do sujeito, em uma disputa de forças que leva os palestinos a vivenciarem todos os tipos de desrespeito aos direitos humanos e a consequente negação aos seus direitos com a própria terra.

## 5 IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE: Ser e pertencer à Palestina

O passado tem importância para interpretar e reinterpretar o presente e também para definir a identidade do sujeito. Um dos alicerces da constituição da identidade dos refugiados e imigrantes palestinos é o conflito. As memórias do passado, acessadas para afirmar sua identidade e sua história sociocultural, ganham força à medida que transmitem seus relatos através de suas famílias. Como coloca Pollak, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.” (POLLAK, 1989, p. 9).

Woodward, ao falar de identidade, relaciona a construção desta com as marcas da diferença. O que um grupo faz, come, veste ou não faz, não come e não veste pode determinar sua identidade, ao mesmo tempo em que o contraste entre dois grupos ou mais estabelece diferenças que podem ser importantes na construção e na afirmação de identidades, isso porque “parece que algumas diferenças – neste caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares.” (WOODWARD, 2000, p.11). Palestinos e israelenses têm suas identidades marcadas por diferenças e, dada a dimensão do conflito, essas identidades convocam o resto do mundo a escolher um lado, quem são “nós” e quem são “eles”.

Pode-se levantar questões sobre o poder de representação e sobre como e por que alguns significados são preferidos relativamente a outros. Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. [...] Somos constrangidos, entretanto, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais. (WOODWARD, 2000, p.19)

A afirmação de uma identidade palestina manifesta-se em práticas culturais, como o uso do *kufiya*, por exemplo, em discursos políticos herdados dos antepassados e no cotidiano, pois como bem coloca Said, em *A questão da Palestina*:

[...] até hoje, o principal temor dos palestinos e, com razão, é a negação, que pode muito facilmente se tornar nosso destino. Sem dúvida, a destruição da Palestina em 1948, os anos seguintes de anonimato, a dolorosa reconstrução de uma identidade palestina exilada, os esforços políticos de muitos trabalhadores, combatentes, poetas, artistas e historiadores palestinos para sustentar a identidade nacional – tudo isso cambaleou pelo medo perturbador de desaparecer, dada a inflexível determinação oficial de Israel de acelerar o processo de redução, minimização da presença palestina, e de assegurar sua ausência como força política e humana na equação do Oriente Médio. (SAID, 2012, p. XXXII)

O fato de serem considerados palestinos todos aqueles que, mesmo no exílio, nasceram de famílias palestinas, contribui também com a resistência dessa identidade. É a negação ao apagamento e uma forma de transmitir a luta pelo tão esperado retorno para as gerações subsequentes dos refugiados de 1948. É impressionante o quanto essa identidade resiste nos tempos atuais e se reafirma todos os dias, mesmo em diferentes espaços geográficos em que os imigrantes e refugiados se encontram. Essa identidade tem como alicerce a promessa de retorno ao território perdido.

Concomitante à questão da diáspora palestina e na sua importância na afirmação de uma identidade, temos o território também como ponto significativo a ser considerado. Pois, se a identidade palestina tem se fortalecido através do exílio, o território perdido configura-se como elemento de desejo da população palestina para que enfim possam manifestar-se culturalmente e socialmente da maneira como seus ancestrais o faziam. As fronteiras são essenciais na construção das identidades, pois estas são também produtoras da diferença. A diferença e o dualismo entre “nós” e “eles”, de maneira que tais diferenças, como já dito acima, também figuram-se como parte importante no processo de construção identitária.

## 6 A POTENCIALIDADE DA HISTÓRIA ORAL E DA MEMÓRIA NA LUTA PALESTINA

Como dito, a construção de uma identidade palestina está intimamente ligada ao conflito bélico entre Israel e Palestina. Essa identidade é também assegurada por uma memória que atravessa as gerações de refugiados palestinos de 1948. Para Delgado (2006, p. 38) “A memória é base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do auto-reconhecimento como pessoas e/ou como membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família”. Memória tal que é transmitida no meio familiar através de histórias acerca da Palestina antes da ocupação israelense, os costumes, modos de vida e cultura que eram vivenciados no espaço e, a partir da ocupação, também remete à história das invasões israelenses nas vilas palestinas. Essa compreensão do conflito, em uma dimensão de um “antes, durante e depois” de 1948, é essencial para que as novas gerações continuem a contar o lado palestino da história.

A guerra política entre Israel e Palestina suscita diversos debates e opiniões. Se de um lado existe o pensamento de que o estabelecimento do Estado de Israel teve como premissa realocar judeus sobreviventes do Holocausto e que os árabes palestinos são “maus” por não os aceitarem; De um outro, existem vozes sufocadas pela truculência israelense que desabrigou mais de meio milhão de árabes em 1948. Compreender as implicações políticas e territoriais do movimento sionista na construção de um Estado judeu é compreender que existe um elo visivelmente mais fraco, que por muitos anos não teve direito à voz e, logo, não teve direito à história.

Para compreender porque a memória tem importância no firmamento da identidade palestina, antes vamos compreender como e porque o palestino está em uma posição totalmente desprivilegiada, frente a um cenário internacional, em relação aos israelenses. As representações também devem ser consideradas para que se entenda porque a memória palestina funciona como um símbolo de resistência.

Edward Said (1990), em seu livro *Orientalismo*, levanta questões relacionadas a um afastamento, em todos os sentidos, do Ocidente frente ao Oriente. Said traz o conceito de orientalismo, que, para ele, é uma articulação daqueles que detêm o poder no Ocidente e desejam firmar uma visão do Oriente como algo exótico, atrasado e até mesmo sensual no que diz respeito às figuras femininas. Dentro desse contexto de poder, são produzidos conhecimentos científicos, literatura, filmes e produções diversas acerca do Oriente, mas sempre, ou quase sempre, trazendo uma visão distanciada, por vezes estereotipada. É como se a memória do Oriente fosse sempre construída por aqueles que não são do Oriente, mas acreditam possuir um conhecimento superior ao dos próprios orientais.

O orientalismo tem suas premissas na exterioridade, ou seja, no fato de que o orientalista, poeta ou erudito, faz com que o Oriente fale, descreve o Oriente, torna seus mistérios simples por e para o Ocidente. Ele nunca se preocupa com o Oriente a não ser como causa primeira do que ele diz. O que ele diz e escreve, devido ao fato de ser dito e escrito, quer indicar que o orientalista está fora do Oriente, tanto existencial como moralmente. O principal produto dessa exterioridade é, claro, a representação [...] (SAID, 1990, p. 32)

Marcos Alexandre (2004) discute a perspectiva de representação social defendida por Moscovici (1978), que estabelece que os sujeitos sejam capazes de relacionar as suas experiências individuais com as experiências exteriores e construir uma nova representação, de um grupo ou de si mesmo, que faça sentido para eles; ou seja, os aparelhos ideológicos de quaisquer instituições dominantes não garantem a perenidade das representações sociais estabelecidas por estas. “As representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. As lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os seus valores, o seu domínio.” (ALEXANDRE, 2004, p.130).

A memória coletiva, mesmo em casos que não seja considerada memória oficial, quer pelo Estado ou pela própria História, pode ser um ponto chave para a compreensão de como essas novas representações são feitas por grupos minoritários ou marginalizados. Para Halbwachs (1990, p. 26) “nunca estamos sós” e isso significa dizer que a memória de outras pessoas estão sempre nos acompanhando no curso da vida, mesmo em situações em que estamos aparentemente sozinhos. A memória coletiva, em suas mais variadas formas, nos acompanha “mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos” (HALBWACHS, 1990, p. 26). Através do que Halbwachs chama de comunidades afetivas, os indivíduos situam suas memórias individuais em conjunto com as memórias coletivas – que são compartilhadas pelo grupo social. A memória individual é sempre influenciada pelos grupos – ou comunidades afetivas – nos quais o sujeito está inserido, a saber: família, igreja, território, amigos do trabalho, etc. Os imigrantes palestinos aqui retratados, apesar de estarem em outro espaço geográfico, construíram uma nova comunidade afetiva por meio da qual compartilham do desejo de retorno à Palestina e defendem a questão palestina da maneira como conseguem.

O conceito de memória coletiva, defendido por Maurice Halbwachs e tratado por Michael Pollak (1989) também é importante para entender a subversão das memórias não oficiais e como elas podem confrontar o Estado. No caso Israel-Palestina, existe um conflito, uma disputa de memórias. Enquanto os israelenses defendem a ocupação, os palestinos, obviamente, se colocam contra. Os argumentos de cada um dos povos diferem entre si, e

são relacionados a memórias diferentes, versões antagônicas da história. Nesta disputa, o ponto de vista israelense é o mais citado, comentado e reproduzido para o resto do mundo, ou seja, é posto como “memória oficial”, isso provavelmente ocorre porque o exército, as autoridades e a população israelense detêm um poder econômico descaradamente superior aos dos palestinos. Mas, “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades.” (POLLAK, 1989, p. 5).

A memória oficial da Palestina é construída por grupos dominantes, sobretudo Israel e Estados Unidos, de forma a colocar os palestinos como terroristas e culpados pela guerra que se estabeleceu. Said discute a questão utilizando o conceito de hegemonia defendido por Gramsci:

É a hegemonia, ou melhor, o resultado da hegemonia em ação, que confere ao orientalismo a durabilidade e a força sobre as quais estive falando até agora. [...] Além disso, está a hegemonia das ideias europeias sobre o oriente, que por sua vez reiteravam a superioridade européia sobre o atraso oriental, desconsiderando normalmente a possibilidade de que um pensador mais independente ou mais cético pudesse ter opiniões diferentes sobre a questão. (SAID, 1990, p.19)

Pollak critica o pensamento de que um grupo dominante consiga de fato promover uma “memória oficial” que seja aceita por todos. Nesse sentido, ainda que exista uma classe dominante que tente a todo custo, e possui artifícios convincentes para tal, controlar a memória nacional, os indivíduos guardam para si suas próprias memórias e as transmitem oralmente ao longo de gerações. Além disso, “essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (POLLAK, 1989, p. 4). Ou seja, diante de uma tentativa de apagamento da história do povo palestino, existe uma reação, uma tentativa de lutar contra o esquecimento. “Em contraposição ao esquecimento, organizações se constituem para lutar contra o arbítrio através do trabalho de recuperar nomes e restaurar os fatos que podem ainda ser lembrados. O papel destes arquivos não é o de explicar o que não pode ser explicado, mas manter viva a memória do que não pode se repetir” (ARAÚJO; SANTOS, 2007, p.103).

Através da história oral, as memórias podem ser documentadas, divulgadas e debatidas na sociedade. O procedimento utilizado pela história oral é a entrevista, de maneira que os relatos do sujeito são utilizados em sua totalidade. Delgado (2006, p. 18) fala nas múltiplas temporalidades que aparecem nesses relatos:

[...] em uma entrevista ou depoimento, fala o jovem do passado, pela voz do adulto, ou do ancião do tempo presente. Adulto que traz em si memórias de suas experiências e também lembranças a ele repassadas, mas filtradas por ele mesmo, ao disseminá-las. Fala-se em um tempo sobre um outro tempo. Enfim, registram-se sentimentos, testemunhos, visões, interpretações em uma narrativa entrecortada pelas emoções do ontem, renovadas ou ressignificadas pelas emoções do hoje.

Em termos práticos, os descendentes dos refugiados palestinos de 1948, estes também refugiados, compartilham sua própria versão da história ao longo das gerações, de forma a suscitar uma resistência que perdura há anos entre as gerações. Sentir-se parte dessa história é o que move os mais jovens a continuarem reivindicando as terras perdidas pela ocupação. “[...] essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais.” (POLLAK, 1989, p. 5). Não surpreende, portanto, que até as gerações mais jovens de palestinos ainda tenham para si a ideia de retorno, mesmo que não tenham nascido na Palestina. Isso fica ainda mais claro com a “marcha do retorno”, realizada anualmente na Palestina e em várias partes do mundo, e claro, pelo fato de famílias palestinas guardarem até hoje a chave de suas casas que foram tomadas em 1948.



## 7 PROJETO GRÁFICO

O livro-reportagem está estruturado da seguinte forma: capa (trazendo a cor verde em destaque, pois esta se faz presente na bandeira palestina, e, ao fundo um mapa da região que, oficialmente, pertence a Israel, mas faz parte do desejo palestino de reconquista); Folha de rosto (contendo apenas o título da obra e a autoria); Epígrafe (com o trecho de um poema de Mahmoud Darwish, poeta palestino); Sumário; Apresentação (inicialmente enumerando os motivos que me fizeram optar pela temática palestina e, logo após, um resgate de elementos da História para explicar o antes e depois de 1948); Capítulos 1, 2 e 3 (nomeados com frases de impacto proferidas pelas fontes durante as entrevistas. Cada capítulo conta a história de um dos entrevistados); Posfácio (breve texto trazendo perspectivas sobre a política brasileira e sua relação com a causa palestina). O livro, no formato *e-book*, totaliza 67 páginas com um design simples baseado nas cores preto e branco. A diagramação foi feita pela jornalista Júlia Militão Siqueira.

A fonte utilizada na capa é a Ceria Lebaran Regular, tamanho 72. No cabeçalho das páginas, bem como nos títulos dos capítulos no sumário, a fonte utilizada é Zona Pro Thin, tamanho 7 e 11, respectivamente. A página de abertura dos capítulos foi idealizada com a fonte Blacker Display Bold Italic, tamanho 32. Chegando aos textos de cada capítulo, a fonte utilizada foi a Candara, tamanho 11.

A concepção visual do produto visa, de forma discreta, fazer alusão às questões fundamentais na luta da causa palestina. A começar pela capa, que modifica o mapa-múndi oficial ao apagar o nome de Israel e trazer a Palestina no lugar. A luta palestina reivindica o território hoje ocupado em grande parte pelos israelenses, entre judeus e sionistas. Desse modo, a simples substituição do nome Israel por Palestina já pré-anuncia que o livro-reportagem privilegia o ponto de vista palestino.

Não se sabe exatamente a origem do *kufyia*, mas a História Oral costuma associá-lo aos agricultores e pescadores que o utilizavam como forma de proteção do clima árido. Fato é que o lenço passou a ser ressignificado a partir da Revolta Palestina, nos anos 30, sendo mais popularizado pela figura de Yasser Arafat, com o surgimento da OLP nos anos 60. Aqui, é trazido na capa como forma de representar a resistência palestina partindo de um objeto facilmente identificado pelo público.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este produto, no formato de livro-reportagem, foi realizado com o intuito de contar a história e os desdobramentos do conflito Israel Palestina pelas lentes de refugiados e imigrantes palestinos, documentos históricos e dados retirados de reportagens e levantamentos de organizações como a ONU. A tarefa principal foi a de apresentar uma perspectiva exclusivamente palestina acerca do conflito que se aproxima de completar um século de existência. Há tempos, é sabido que a concepção de neutralidade no jornalismo está ultrapassada. Aqui, o que foi realizado, com muito afinho, diga-se de passagem, se exprime em um trabalho que tem um lado e uma voz: a dos mais fracos. Além disso, foi um trabalho conduzido ao lado de quem entende de ocupação e refúgio, sendo que foram essas pessoas as mais consideradas ao falarem de sua própria condição enquanto refugiados em virtude de uma guerra que expulsou seus pais e avós da terra natal.

Muitas questões atravessam esse trabalho, entre elas: a questão palestina, a crise global de refugiados, o sionismo crescente no Brasil e a desmistificação do povo árabe atrelado a uma figura de terrorista, ou, miserável. Foram muitas entrevistas, leituras e imersão na história de um território que está a 10.576 quilômetros do Brasil. Este é um produto que desperta assuntos e questões que ainda estão em movimento, muito longe de serem resolvidas ou entendidas completamente. Ainda sim, acredita-se que pode contribuir para uma leitura de mundo ancorada em perspectivas que se aproximam de uma ideia decolonial. É preciso despir-se de um olhar baseado no Ocidente, na política norte-americana que afirma “democratizar” o Oriente, em Israel visto como o Ocidente no Oriente, na ideia de terrorismo atrelado à religião islâmica. A resistência de povos que suportam toda uma infinidade de humilhações, violações e atentados não pode ser rebaixada a uma simples rebeldia, tem que de ser compreendida em uma perspectiva mais sensível, mais política e mais justa. Não se trata de defender extremismos, e sim de compreendê-los.

Os resultados de todo esse processo de escuta, pesquisa e escrita podem colaborar para uma nova forma de falar não somente sobre a Palestina, mas sobre os refugiados, os imigrantes, as guerras e os conflitos que rodeiam o mundo contemporâneo. Um jornalismo com responsabilidade ética, que não tem como premissa a comoção do público leitor e que vai além de informações sobre o agora, pois é no passado que estão as origens dos acontecimentos complexos como guerras.

## 9 REFERÊNCIAS

ACNUR. **Dados sobre refugiados no Brasil**. 2019. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>.

Acesso em: 08 set. 2019

ACNUR. **Refugiado ou Imigrante?** O ACNUR incentiva a usar o termo correto. 2015. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>>. Acesso em: 13 nov. 2018

ALEXANDRE, Marcos. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Comum**, vol. 10, n. 23, p.122-138, 2004. Disponível em <[http://www.sinpro-rio.org.br/admin/assets/uploads/files/7e657-gomes\\_marcos-alexandre-de-souza-representacao-social\\_-uma-genealogia-do-conceito-comum-23.pdf](http://www.sinpro-rio.org.br/admin/assets/uploads/files/7e657-gomes_marcos-alexandre-de-souza-representacao-social_-uma-genealogia-do-conceito-comum-23.pdf)>. Acesso em: 7 jun. 2018

ALMEIDA, Lalo de; MELLO, Patrícia Campos. Corte de Trump deve piorar vida de palestinos em campo no Líbano. **Folha de S. Paulo**, fev. 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/02/corte-de-trump-deve-piorar-vida-de-palestinos-em-campo-no-libano.shtml>>. Acesso em: 2 set. 2018

ARAÚJO, Maria Paula N. SANTOS, Myrian S. História, Memória e Esquecimento: Implicações Políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 1, n. 79, p. 95-111, 2007. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/79/RCCS79-095-111-MPNascimento-MSepulveda.pdf>>. Acesso em: 16 mai. 2018

BELO, Eduardo. Teoria é bom, mas prática é melhor. In: BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 67-124.

BRASIL. Senado Federal. **Lei 13.445, de 24 de maio de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>>. Acesso em: 2 ago. 2018

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: Memória, Tempo, Identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FERNANDES, Karina Macedo. **Palestina, diáspora e território em questão na barbárie de Israel**. 2014. Disponível em: <http://unisinos.br/blogs/ndh/2014/07/28/palestina-diaspora-e-territorio-em-questao-na-barbarie-de-israel/> Acesso em: 10 ago. 2019

GATTAZ, André Castanheira. **A Guerra da Palestina**: da criação do Estado de Israel à Nova Intifada. São Paulo: Usina do Livro, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: CONTEXTO, 2002.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990, p. 25-52.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2.247.

LIMA, Edvaldo Pereira. Fronteiras ampliadas de um território em conformação. In: LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e literatura. Barueri: Manole, 2009, p. 1-52.

MATOS, Soraya Misleh de. **Qaqun**: história e exílio de um vilarejo palestino destruído em 1948. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Árabes) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Acesso em 6 out. 2019

MORAES, Fabiana. O subjetivo como elemento político. In: MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**: Transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015, p. 159- 233.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 171-179, 2017 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982017000100171&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100171&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 ago. 2019

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos históricos**, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 17 mai. 2018

SAID, Edward W. **A questão da Palestina**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SAID, Edward W. Introdução. In: SAID, Edward W. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 13-39.

SAID, Edward W. Reflexões sobre o exílio in: SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio: E outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 46-60.

SCHOENMAN, Ralph. **A história oculta do sionismo** - A verdadeira história da formação do Estado de Israel. São Paulo: Sundermann, 2008.

SEGATTO, Rita. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. **História Revista**, 10 (2), 2005, p. 195-226. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/9155> Acesso em 10 ago. 2019

UNHCR. **Global Trends: Forced Displacement in 2018**. 2019. Disponível em <<https://www.unhcr.org/5d08d7ee7.pdf> >. Acesso em: 08 set. 2019

UNRWA. **A quem ajudamos**. Disponível em <[http://unrwa.org.br/a\\_quem\\_ajudamos/](http://unrwa.org.br/a_quem_ajudamos/)>. Acesso em: 08 set. 2019

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 7-68.